



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8187 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

OS EFEITOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

Carlos Fabian de Carvalho - UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

OS EFEITOS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA-ES

Este trabalho emerge do projeto de pesquisa de doutoramento em andamento que vem sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Assumimos como referência os estudos de Arendt, Dussel, Mainardes, e Tello, tendo como objeto de investigação os efeitos da política de oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Vitória – Espírito Santo, no período de 2015 a 2019.

Buscamos envolver nessa proposta, diferentes atores, tensões, possíveis traduções e recriações que se mostrem durante o processo de construção dessa modalidade. Apostamos na possibilidade de narrar uma história conectada em múltiplos eventos e determinações históricas, além de reafirmar um processo de construção a partir do que Arendt (2008) denomina como plural.

A pesquisa se insere no campo das políticas públicas educativas e visa partir da abordagem do ciclo de políticas, tal como explorado por Ball (2011) e Mainardes (2006), analisar o percurso da política em curso em Vitória – Espírito Santo, estudando-a como parte constitutiva da efetivação do direito à educação historicamente negado aos sujeitos da EJA. O trabalho busca identificar as diferentes traduções, recriações e interpretações da política municipal de EJA, bem como analisar os efeitos no acesso, no direito e na justiça social, partir dos estudos de Ball (2011).

Assumindo a abordagem do ciclo de políticas em Mainardes (2006), a pesquisa parte de uma perspectiva em que as professoras (as), gestores (as) e demais envolvidos exercem um papel ativo no processo de interpretação das políticas educacionais. Ressalta-se que, o que esses profissionais assumem, são implicações determinantes no processo de implementação das políticas.

Assim, conforme esse autor, o texto da política terá uma pluralidade de leituras, em razão da pluralidade de leitores, o que abre espaço para o entendimento da complexidade e abrangência de uma proposição política, bem como da arena em que conflitam diferentes perspectivas. Em nossa análise, esta inflexão contribuiu de maneira significativa para

investigar possíveis práticas produzidas nas escolas que ofertam a EJA em Vitória.

Como um expectador interessado Arendt (1989), a pesquisa em andamento tem se pautado na busca do exótico no familiar, ao mesmo tempo que atenta-se para necessidade de busca da familiaridade com o estranho que emerge no campo. Outro aspecto relevante, concentra-se em compreender a política como ação entre homens, resultado da pluralidade que não se constitui como domínio ou violência, o que nos provoca para uma necessidade imediata na troca das lentes quando avaliamos os processos de uma política pública educacional.

A pluralidade dos diferentes atores presentes e suas diferentes formas de participação, tensões e desejos acabam por produzir traduções do texto da política resultado da ação criativa dos sujeitos envolvidos diretamente nos seus respectivos contextos. E é justamente a imprevisibilidade desse processo plural que nos auxilia a ampliar a avaliação sobre os efeitos de uma política.

Cabe destacar, que as práticas comumente utilizadas pelos gestores reformadores, costumam analisar os efeitos de uma política pública de EJA com enfoque apenas em dados de matrícula, abandono e reprovação, reafirmando a tese de infalibilidade dos dados estatísticos e produzindo recortes que desconsideram múltiplas dimensões que atravessam as vidas dos sujeitos da educação de jovens e adultos.

As reflexões feitas até então, instigam a nossa curiosidade epistemológica na busca de compreender as complexas relações que têm envolvido a política educativa no sistema municipal de Vitória, no contexto de políticas neoliberais.

No exercício de ampliarmos as análises, bem como avaliarmos os impactos de uma política educativa para além dos dados estatísticos, identificamos, até o presente momento, que em Vitória existe um texto da política de EJA que desde sua primeira elaboração tem sido amplamente discutido com educadores (as), gestores (as) e educandos (as).

Ao mesmo tempo que identificamos, nas suas diferentes traduções, experiências curriculares que avançam em relação à proposta descrita no texto, ampliando a concepção de EJA e trazendo novos elementos para a práxis da educação popular. Também percebemos experiências ainda muito marcadas por uma práxis infantilizada e despotencializada das dimensões de formação das juventudes e da adultez.

Observa-se neste percurso um movimento de diversificação da oferta na busca de atender às demandas que reconheçam as especificidades dos diferentes sujeitos da EJA. Tal diversificação, tem como marcas, diferentes temporalidades da oferta, especificidades curriculares e proximidades territoriais.

Nesse processo investigativo, é possível perceber um movimento agressivo de transferência de estudantes matriculados no Ensino Fundamental Regular para as escolas que ofertam a EJA, em especial no terceiro trimestre letivo e no período de férias escolares. A maioria desses estudantes transferidos são jovens, negros, que estão entre 15 e 17 anos, matriculados entre o 6º ou 7º ano do ensino fundamental e que apresentam uma ou mais reprovações com densos registros de ocorrências disciplinares.

Mesmo com ampliação de vagas, a maioria das matrículas novas que são efetivadas na modalidade de educação de jovens e adultos em Vitória, não são de jovens e adultos que se encontram fora da escola, mas dos jovens que já estavam matriculados nas escolas de

Ensino Fundamental do próprio município.

Resultados preliminares indicam, até a presente etapa da pesquisa, que a política de EJA em Vitória tem se manifestado em inúmeras traduções, que se forem analisadas de forma não hierarquizadas ou classificadas, a partir de suas proximidades ou distanciamentos do texto da política podem, na participação simétrica e plural nos espaços de diálogos, ampliar horizontes em busca de práticas, criações, recriações realizadas pelas e nas escolas que ofertam EJA e que contribuem para processos inclusivos.

Palavras-chave: Política Educativa; Efeitos; EJA; Direito.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

_____. *A dignidade da política: ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BALL, Stephen John, MAINARDES, Jefferson. *Políticas Educacionais: questões e dilemas*, São Paulo: Cortez, 2011.

GALLO, Sílvio. *Deleuze e a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 27, n. 94. jan./abr. 2006. p. 47-69

MAINARDES, Jefferson. TELLO, Cesar. A pesquisa no campo da política educacional: Explorando diferentes níveis de abordagem e abstração. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*. 24(75), 2016.